

Ministério da Integração Nacional - MI
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos
Vales do São Francisco e do Parnaíba
SGAN 601 – Lote I
70830-901 – Brasília/ DF

59500.001879/2010-07

a/c Secretaria de Licitações – PR/SL
Juan Ramon Campos Fleishmann - Presidente
Arnaldo Antonio Resende - Membro
Marco Antonio de Carvalho Pedra - Membro

Your ref. Edital 22/ 2010
Our ref. BRA.3352-BRA.08.0309
Phone direct +55 11 4589 2000
Fax direct +55 11 4589 2100
E-Mail direct Liane.sampaio@sulzer.com
Document Carta 268450-1
Date 16/07/2010

Concorrência – Edital 22/2010 – 2ª Etapa do Projeto Salitre
Fax Nº 340/ 2010 – Relatório de Exame e Julgamento da Documentação e Proposta Técnica
Processo Nº 15418/ 2009

Ilmo. Sr. Orlando Cezar da Costa Castro DD. Presidente da CODEVASF do Ministério da Integração Nacional.

A/c Comissão Técnica de Julgamento
Concorrência 22/2010

SULZER BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Av. Humberto de Alencar Castelo Branco, 1976, devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº 33.574.575/0001-77, por seu advogado e bastante procurador que esta afinal subscreve, nos termos do incluso instrumento de mandato (DOC – 1 junto), vem, respeitosa e tempestivamente, com fundamento nos termos do item 17 do respectivo edital e no quanto dispõe a respeito a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

da decisão desta E. Comissão que houve por bem julgá-la inabilitada para o oferecimento de proposta com vistas à contratação dos equipamentos licitados no LOTE I, pelas adiante expostas e bem fundadas razões de fato e de direito:

preliminarmente:

No que diz respeito ao item 3.4 do Relatório de Exame e Julgamento ora recorrido e que cuida da **qualificação econômica financeira**, cabe esclarecer que o equívoco do SICAF, ao apurar nota menor que um (01) para os valores de liquidez e solvência da licitante, foi devidamente sanado com os documentos acostados com as demais provas de regularidade e que, trazendo aos autos do procedimento administrativo o balanço e o respectivo cálculo da qualifi-

PROTOCOLADO - RECEBIDO
11/07/10 09:12 HS
Folman

Page 2 of 8

cação econômico-financeira, atestam solvência e liquidez em notas bastante superiores aos coeficientes exigidos no procedimento licitatório.

A demonstrar o erro das anotações do SICAF, junta a licitante, embora observe desnecessárias, as duas telas do sistema, relativas aos balanços de 2008 e 2009, ambas a atestarem coeficientes bem superiores aos exigidos (DOCS II e III juntos)

Bem fez, assim, a Comissão, atenta ao quanto dispõe a respeito os expressos termos do edital e do artigo 31 da Lei de Licitações, em não julgar inabilitada a licitante para o certame em geral em vista das meras anotações do SICAF, repita-se, equivocadas, sendo, no entanto, fácil de se verificar, como já se disse, pelos próprios documentos que instruem a proposta – balanço e cálculo de coeficiente de liquidez e solvência-, desnecessárias as medidas que preceitua o item 15.3.7.3 do Edital, à vista da manifesta inexistência de riscos para a administração.

Como nada foi exigido nos termos do citado item 15.3.7.3 e que a critério da autoridade competente assegurasse o contratante, tem a licitante, assim, como suficientes os documentos referidos e que comprovam a sua qualificação econômico-financeira, colocando-se, no entanto, à inteira disposição desta E. Comissão, com vistas a todo e qualquer outro esclarecimento porventura necessário.

dos fatos:

Ocorre, no entanto, que inconformada com a decisão mesma da Comissão que inabilitou tecnicamente a licitante para o oferecimento de proposta comercial para o fornecimento dos equipamentos objeto do LOTE I da concorrência, pede-se o reexame do PARECER TÉCNICO, itens 1,2 e 3 de fls. 1121, eis que, antes de mais nada, qualificada a licitante não pode deixar de estar, porque é seu o fornecimento das bombas para o projeto de Transposição do Rio São Francisco, Contrato Nº 8/2007 MI celebrado com o Ministério da Integração Nacional / Codevasf, com equipamentos de capacidade e potência superiores aos deste processo licitatório, conforme ilustrado a seguir:

02 Bombas modelo BKn 2000-1800-1s/030 (EBI-01)	02 Bombas modelo BK 1400-1870-1s/033 (EBV-01)	02 Bombas modelo BKn 1400-1470-1s/030 (EBV-02)
Tipo Vertical de poço úmido.	Tipo Vertical de poço úmido.	Tipo Vertical de poço úmido.
Vazão: 12,4 m³/s	Vazão: 7 m³/s	Vazão: 7 m³/s
AMT: 26,1 mca.	AMT: 61,76 mca.	AMT: 43,12 mca.
Motor elétrico WEG: 5.500 Kw, 300 rpm.	Motor elétrico WEG: 5.300 Kw, 360 rpm.	Motor elétrico WEG: 3.700 Kw, 400 rpm.
Peso da bomba: 57.900 Kg.	Peso da bomba: 47.700 Kg.	Peso da bomba: 34.700 Kg.
Peso do motor: 38.000 Kg.	Peso do motor: 35.000 Kg	Peso do motor: 32.500 Kg.

Com relação especificamente aos itens do Parecer Técnico contra o qual se insurge a recorrente, tem-se que ou fundam-se em exigências novas não contempladas pelas normas técnicas do edital ou não se aplicam da mesma forma, isonomicamente, aos que foram habilitados tecnicamente e aos que não foram, como em seguida se verá:

1. Contestação de que a bomba ofertada não atende, no ponto operacional, a altura de 15,8 m

Não há amparo na Especificação Técnica do Edital para a afirmação "A bomba ofertada pela Sulzer tamanho BSn 1600-1190-1s/150 para a Estação EB100 no ponto operacional não atende a curva do sistema máximo com escorva, conforme demonstrado na curva 1 da bomba, anexa, ou seja, AMT de 15,8 m, enquanto a curva do sistema (20.000 m³/h) é de 15,3 m"

A Especificação Técnica, no seu item 5.2.1.c diz:

Cada bomba ofertada deverá atender as seguintes condições:

*A curva da bomba escolhida deverá passar obrigatoriamente pelo ponto nominal indicado nos gráficos das curvas dos sistemas. O melhor rendimento deverá coincidir tanto quanto possível com este ponto. **A bomba ofertada cumpre expressamente tal especificação.***

*Em cada caso, a bomba ofertada deverá operar entre as curvas (1) e (2) das respectivas curvas dos sistemas (curvas correspondentes aos desníveis mínimo e máximo, respectivamente). **A bomba ofertada também cumpre rigorosamente tal especificação.***

*A curva (3), correspondente ao máximo desnível, transitório, no início de funcionamento (com sifão ventilado) deverá ser atingida em condições normais de operação. **A bomba ofertada também cumpre expressamente tal especificação.***

*Na estação EB-100 caso seja problemática a operação na curva (1) (mínimo desnível geométrico), o sistema automático de ventilação promoverá a quebra de vácuo do sifão, sendo transferida a operação para a curva (4). A bomba ofertada deverá operar satisfatoriamente nestas condições. **Igualmente, a bomba ofertada cumpre expressamente tal especificação.***

Não há exigência no Edital de que a curva da bomba deva cruzar o ponto com vazão de 20.000 m³/h e altura manométrica de 15,3 m.

Assim, de se ver que a bomba ofertada cumpre integralmente todas as exigências da Especificação Técnica do Edital.

De outro lado, não se pode deixar de ressaltar o fato que na mesma vazão de 20.000 m³/h, a bomba ofertada pela KSB produz uma AMT de 16,0 m, condição na prática idêntica àquela utilizada como elemento para inabilitação técnica da recorrente.

2. Contestação da divergência das vazões máximas das bombas para EB 100 e EB300

Não há razão amparada na Especificação Técnica para desclassificação devida ao comentário "A curva de performance apresenta para a bomba acima possui em sua extremidade vazões

Page 4 of 8

diferenciadas para a EB 100 e 300, ou seja, 30.400 m³/h para a EB 300 e 31.000 m³/h para a EB 100, conforme demonstrado na curva 2 em anexo".

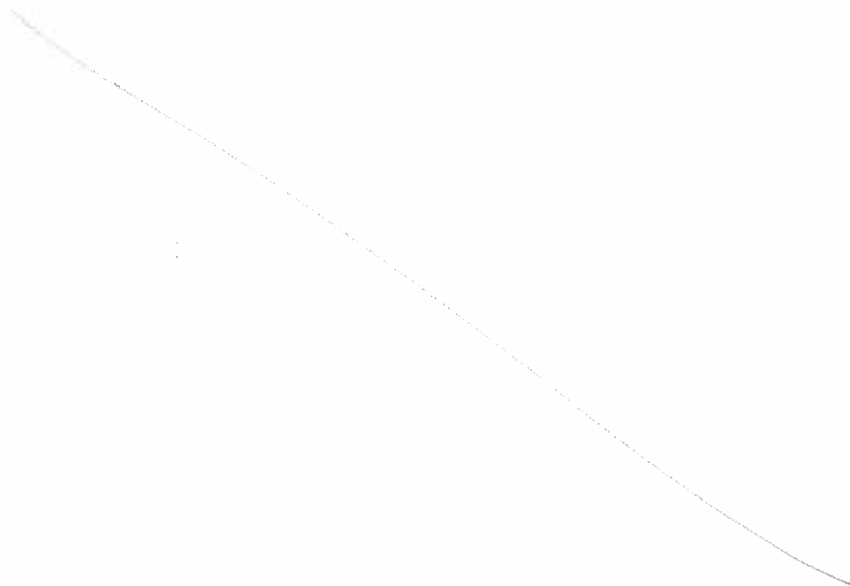
A título de esclarecimento, entretanto, nos parece oportuno mencionar que, apesar das bombas da EB 100 e 300 serem do mesmo modelo, elas tem diferentes pontos nominais de operação, diferentes números de curvas e diâmetros de rotor diferentes. O fim de curva das bombas é representado considerando a conveniência de escala e da aplicação específica.

As bombas ofertadas para ambas EB's cumprem integralmente as exigências da Especificação Técnica e do Edital e que em nenhum momento menciona ou diz relevante serem idênticas as vazões nas extremidades.

3. Contestação de suposta "instabilidade" em determinado trecho das curvas das bombas ofertadas para EB100 e EB300

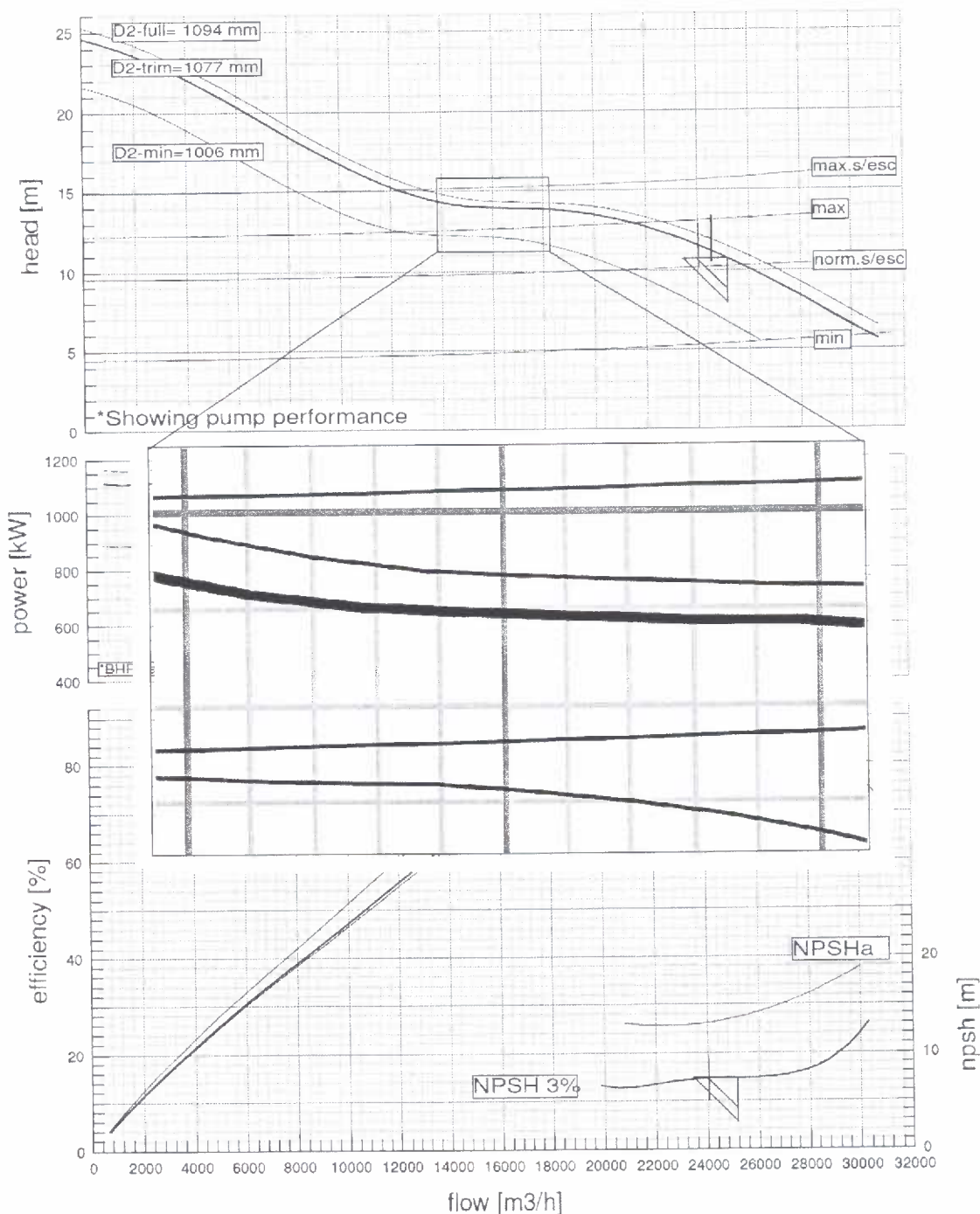
Não há razão amparada na Especificação Técnica para desclassificação em função de "A bomba ofertada pela Sulzer para a EB 300 é idêntica a EB 100 e para uma mesma altura manométrica apresentam vazões diferenciadas entre 14.800 a 18.000 m³/h, ou seja uma variação de 3.200 m³/h, o que poderá ocorrer problemas operacionais (zona de instabilidade), conforme demonstrado na curva de desempenho nº 3."

Apesar das bombas da EB 100 e 300 serem do mesmo modelo, elas não são idênticas uma vez que tem diferentes pontos nominais de operação, diferentes números de curvas e diâmetros de rotor diferentes. As bombas também não apresentam uma mesma altura manométrica para vazões diferenciadas entre 14800 m³/h a 18000 m³/h como pode ser verificado no gráfico abaixo. As bombas CLARAMENTE tem curvas características de vazão versus altura manométrica total **continuamente ascendente** em direção à vazão nula, assegurando uma operação estável.



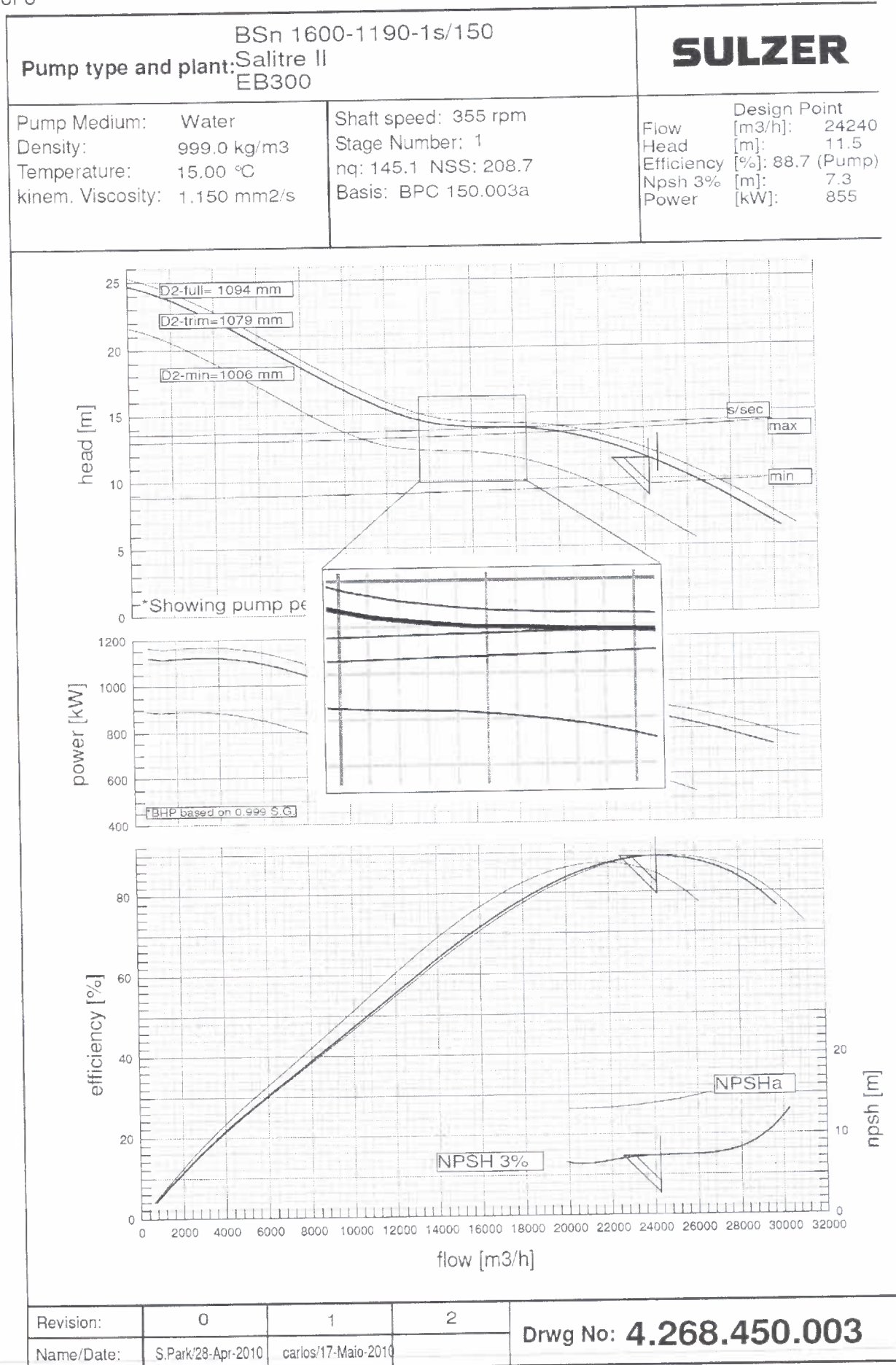
[Handwritten signature]

Pump type and plant: BSn 1600-1190-1s/150 Salitre II EB100		SULZER	
Pump Medium: Water Density: 999.0 kg/m ³ Temperature: 15.00 °C kinem. Viscosity: 1.150 mm ² /s	Shaft speed: 355 rpm Stage Number: 1 nq: 144.7 NSS: 208.4 Basis: BPC 150.003a	Flow [m ³ /h]: 25170 Head [m]: 10.7 Efficiency [%]: 88 (Pump) Npsh 3% [m]: 7.3 Power [kW]: 835	Design Point



Revision:	0	1	2	Drwg No: 4.268.450.001
Name/Date:	S.Park/27-Apr-2010	carlos/17-Maio-2010		

[Handwritten signature]



do direito:

Como o mencionado parecer técnico cuja revisão se reclama, *data máxima venia*, não apura, como acima se demonstrou, condições que tornem os equipamentos oferecidos menos aptos aos fins a que se destinam ou inferiores em performance ou quaisquer outras características ao serviço da administração, suficientemente garantida nos seus resultados, ademais, pelos próprios e muito rigorosos termos do contrato, resulta que as discrepâncias apontadas, de muito duvidosa relevância, não podem prejudicar o caráter competitivo do certame ou a *mens legis* que se repugna com o descarte, *ab initio*, de proposta comercial eventualmente mais vantajosa.

Essa, inclusive, a objetividade jurídica tutelada e que se sagra, à vista do quanto dispõe a respeito ao artigo 3º da Lei 8.666/93, o verdadeiro motor axiológico do diploma legal a assegurar a melhor vantagem à administração e isonomia para os que acodem à oferta pública de compra de bens e serviços.

Nesse sentido, as sempre preciosas lições de MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Esse artigo apresenta excepcional relevância, devendo-se reconhecer a ele um destaque superior aos demais dispositivos da Lei. O artigo 3º consagra os princípios norteadores da licitação. ...

...

O artigo 3º sintetiza o conteúdo da Lei, no âmbito da licitação. Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das Licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável, quando colidente com o art. 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o interprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre as diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º. Se existir mais de uma solução compatível, com ditos princípios, deverá prevalecer aquela que esteja mais de acordo com eles ou que os concretize de modo mais intenso e amplo. Essa diretriz deve nortear a atividade tanto do administrador quanto do próprio Poder Judiciário. O administrador, no curso das licitações, tem que submeter-se a eles. O julgador ao apreciar conflitos derivados de licitações, encontrará a solução através desses princípios."¹

De outro lado, ainda, de se ressaltar que a exigência ao atendimento de especificações técnicas que não constam dos estritos termos do edital ofende a letra e o espírito do art. 41 da Lei de licitações, eis que o espaço para a discricionariedade do ato do administrador é mínimo, achando-se sempre o mesmo estritamente vinculado ao edital.

¹ MARÇAL JUSTEN FILHO, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, Ed. Dialética 7ª Ed. (2000), pg 57



Se a administração reputa insuficientes as normas técnicas ou outras de qualquer natureza que constem do edital, pode valer-se de suas faculdades para desfazê-lo, não pode é erigi-las, novas exigências, em óbices à habilitação de um dos licitantes.

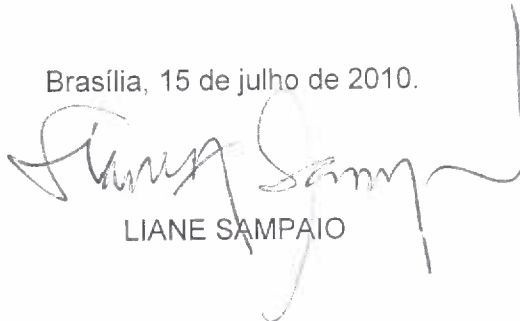
O princípio da estrita vinculação afasta as considerações de tipo subjetivo e circunstancial que transformam discrepâncias não contempladas nas regras do certame em elementos para afastar os princípios da isonomia e da vantagem para a administração que norteiam, como já se disse, a Lei e o procedimento.

do pedido:

Isto posto e tudo o mais que dos autos consta, pede e requer a recorrente se digne essa E. Comissão Técnica de receber o presente em seus ambos efeitos e, afinal, de reconsiderar a sua decisão ou submetê-la à Instância Superior, para, assim, habilitá-la para o oferecimento da sua proposta financeira e comercial para o fornecimento dos equipamentos também do LOTE I da concorrência, como medida da mais inteira e necessária

JUSTIÇA!

Brasília, 15 de julho de 2010.



LIANE SAMPAIO